

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão. Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de *rating* S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-). Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Baguari I Geração de Energia S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Baguari I Geração de Energia S.A. ("BAGUARI I") é uma companhia de capital fechado estabelecida em 11 de janeiro de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, responsável pela construção e operação da UHE Baguari, localizado no Estado de Minas Gerais.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A UHE Baguari localiza-se no Rio Doce, na bacia hidrográfica do Atlântico Sul, sub-bacia Trecho Leste, municípios de Governador Valadares e Periquito, no Estado de Minas Gerais. O local do barramento se encontra cerca de 291 km de Belo Horizonte e 616 km do Rio de Janeiro. A usina possui quatro unidades geradoras com turbinas Bulbo, de 35,90MW, totalizando 140,00MW de potência instalada e energia assegurada de 80,02 MW médios, em agosto de 2006 firmou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, com prazo de 35 anos. Em 2013 foi gerado o montante de 541.568,95 MWh, o qual representou 77,08% da garantia física. O fator de carga médio da Usina foi de 44,23%, produzindo 61,82 MW médios. A diferença entre a garantia física e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade acumulado da Usina em 2013 foi de 97,95% e o índice de confiabilidade acumulado foi de 99,68%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita Operacional Bruta	55.340	56.647	2,4%
Receita Operacional Líquida	49.832	50.901	2,1%
EBITDA	40.601	36.752	(9,5%)
Resultado do Serviço	32.166	30.882	(4,0%)
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(14.569)	(11.278)	(22,6%)
Lucro Líquido	12.813	14.693	14,7%
Ativo Total	312.813	317.167	1,4%
Investimento	19.270	11.248	(41,6%)
Dívida Bruta	173.994	160.027	(8,0%)
Dívida Líquida ¹	160.809	147.494	(8,3%)
Patrimônio Líquido	91.230	98.707	8,2%

Indicadores Econômico-Financeiros ²	2012	2013	
Margem EBITDA	81,48%	72,82%	(8,66) p.p.
Margem Líquida	25,71%	27,73%	2,02 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	3,961	3,979	0,5%

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos.

²p.p. - pontos percentuais.

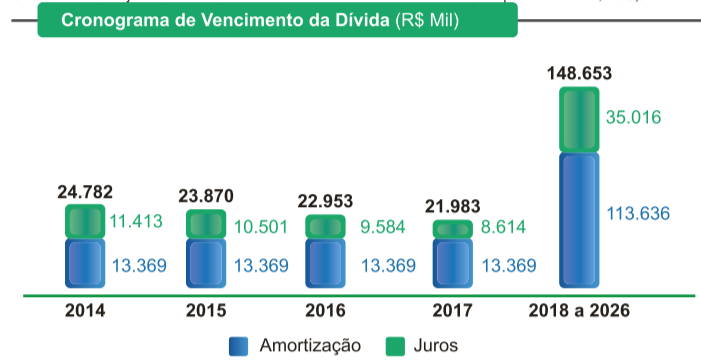
Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	12.813	14.693	14,7%
Imposto de Renda e CSLL	4.784	4.911	2,7%
Receita Financeira	15.896	13.019	(18,1%)
Despesa Financeira	(1.327)	(1.741)	31,2%
Amortização / Depreciação	8.435	5.870	(30,4%)
EBITDA	40.601	36.752	(9,5%)

4. ENDIVIDAMENTO

4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em dezembro de 2007, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no valor de R\$ 180 milhões, prazo de 16 anos sendo 32 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,19% a.a. O valor contratado já foi totalmente liberado e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 168,7 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Em milhares de reais		
		Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA		18	50.901	49.832
CUSTOS DOS SERVIÇOS		19	(19.032)	(16.782)
LUCRO BRUTO		19	31.869	33.050
Despesas gerais e administrativas			(987)	(885)
LUCRO OPERACIONAL			30.882	32.165
Receitas financeiras		20	1.741	1.327
Despesas financeiras		20	(13.019)	(15.896)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			19.604	17.596
Imposto de renda e contribuição social			(4.911)	(4.784)
Corrente			(1.510)	(395)
Diferido			(3.401)	(4.389)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			14.693	12.813
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$			0,17	0,15

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Em milhares de reais		
		Capital Social	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados
Saldos em 01 de janeiro de 2012		87.133	1.029	(4.970)
Lucro líquido do exercício		-	-	12.813
Aprovação da proposta de dividendos		-	-	(9.694)
Destinações:				
Reserva legal		-	392	(392)
Juros sobre capital próprio		-	-	(4.775)
Dividendos propostos		-	-	(2.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		87.133	1.421	2.676
Lucro líquido do exercício		-	-	14.693
Aprovação da proposta de dividendos		-	-	(2.676)
Destinações:				
Reserva legal		-	706	(706)
Juros sobre capital próprio		-	-	(4.540)
Dividendos propostos		-	-	(9.447)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		87.133	2.127	9.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Em milhares de reais	
		2013	2012
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)		19.604	17.596
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA			
ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Depreciação e amortização		5.870	8.435
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		11.875	15.389
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado		1	194
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		8.138	-
		45.488	41.613

		Em milhares de reais	
		2013	2012
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Contas a receber de clientes e outros		(858)	(573)
IR e CSLL a recuperar		431	(921)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		70	74
Estoques		218	(236)
Despesas pagas antecipadamente		6	82
Partes relacionadas		3.693	(3.690)
Outros ativos		(176)	952
		3.384	(4.312)

		Em milhares de reais	
		2013	2012
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		(4.100)	1.819
Salários e encargos a pagar		4	1
Encargos de dívidas		(12.388)	(14.775)
Taxas regulamentares		(246)	120
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos		(1.157)	(1.715)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		648	(2.248)
Outros passivos		(844)	844
		(18.083)	(15.954)

		Em milhares de reais	
		2013	2012
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(10.597)	(7)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		-	(5)
Resgate de títulos e valores mobiliários		-	229
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(10.597)	217

		Em milhares de reais	
		2013	2012
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(13.369)	(13.369)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(7.475)	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(20.844)	(13.369)
(AUMENTO) REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes no início do exercício		13.180	4.985
Caixa e equivalentes no final do exercício		12.528	13.180
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(652)	8.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.14. Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e IPCB 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Nesse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Em milhares de reais		
		Notas	2013	2012
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.528	13.180	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	7.412	6.554	
Títulos e valores mobiliários	5	5	5	
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.462	2.216	
Estoques		19	237	
Despesas pagas antecipadamente		124	130	
Outros ativos circulantes		357	181	
TOTAL DO CIRCULANTE		21.907	22.503	
NÃO CIRCULANTE				
Partes relacionadas	22	-	3.693	
Depósitos judiciais	7	2.882	-	
Imobilizado	8	290.578	284.779	
Intangível	9	1.800	1.838	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		295.260	290.310	
TOTAL DO ATIVO		317.167	312.813	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("BAGUARI I" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro e constituída em 11 de janeiro de 2006, como uma companhia de capital fechado, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51%, e onde também participa a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no Rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia é gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 80,02 MW médios, em agosto de 2006 firmou junto à UNIÃO o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, com prazo de 35 anos. A Companhia no exercício de 2013 comercializou sua energia junto ao pool de 37 distribuidoras brasileiras por meio dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR com vencimentos em 2039. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Companhia adota o CPC 19 (R2) Negócios em Conjuntos por tratar suas operações com o Consórcio UHE Baguari como Operações em Conjunto (*Joint Operations*).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.



2.15. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.17. Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.18. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R1)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R3)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e depósitos bancários à vista	20	75
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	864
Fundos de investimento	12.508	12.241
	12.528	13.180

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Títulos a receber	(a)	6.390	5.657
Comercialização de energia na CCEE		60	6
Partes relacionadas (Nota 22)		962	891
Total		7.412	6.554
Circulante		7.412	6.554

(a) A composição dos títulos a receber refere-se principalmente aos contratos de CCEAR.

A composição dos prazos de vencimento dos títulos a receber é como segue:

	Saldos		Vencidos		Total
	vencidos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	
Setor privado	6.686	287	379	7.352	6.548
Total	6.686	287	379	7.352	6.548
Circulante				7.352	6.548

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	1.007	1.476
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	455	670
Programa de Integração Social - PIS	(b)	-	15
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	-	55
Total		1.462	2.216

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipado corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Saldo de PIS e COFINS de 2012 utilizado em 2013, decorrente de faturamento da empresa retido pelo cliente. O PIS e COFINS de direito creditório gerado em 2013 através de faturamento e de insumo conforme Leis 10.637/02 e 10.833/03 foram utilizados dentro do próprio ano.

7 Depósitos Judiciais

	31/12/13	31/12/12
Cíveis	2.882	-
Total	2.882	-

Os depósitos referem-se às ações de desapropriação de terras.

8 Imobilizado

		31/12/13	31/12/12		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação				
	Depreciação acumulada				
	Valor líquido				
	Valor líquido				
Em serviço	Ref.	31/12/13	31/12/12		
Terrenos	2.177	-	2.177		
Reservatórios, barragens e adutoras	2,3%	155.699	(13.954)	141.745	142.328
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6%	15.196	(851)	14.345	13.510
Máquinas e equipamentos	4,1%	113.610	(13.575)	100.035	103.427
Móveis e utensílios	6,3%	61	(20)	41	43
		286.743	(28.400)	258.343	261.485
Em curso					
Terrenos	10.425	-	10.425	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	625	-	625	3.072	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	1
Material em depósito	1.749	-	1.749	-	-
A ratear	(a)	19.436	-	19.436	20.221
		32.235	-	32.235	23.294
Total		318.978	(28.400)	290.578	284.779

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão nº 001/2006 - MME-UHE Baguari de 15 de agosto de 2006 com vigência de 35 anos.

(a) A rubrica a ratear destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem.

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Saldos em 01 de janeiro de 2012	277.099	(15.003)	262.096	23.929	23.929	286.025
Adições	-	-	-	7.315	7.315	7.315
Baixas	-	-	-	(194)	(194)	(194)
Depreciação	-	(8.367)	(8.367)	-	-	(8.367)
Transferências	7.988	(232)	7.756	(7.756)	(7.756)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	285.087	(23.602)	261.485	23.294	23.294	284.779
Adições	-	-	-	10.597	10.597	10.597
Depreciação	-	(4.798)	(4.798)	-	-	(4.798)
Transferências	1.656	-	1.656	(1.656)	(1.656)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	286.743	(28.400)	258.343	32.235	32.235	290.578

9 Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3%	2.042	(253)	1.789	1.825
Direito de uso de software	20%	14	(9)	5	6
		2.056	(262)	1.794	1.831
Em curso					
Direito de uso da concessão		6	-	6	7
		6	-	6	7
Total		2.062	(262)	1.800	1.838

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	2.047	(153)	1.894	-	1.894
Adições	-	-	-	7	7
Amortizações	-	(63)	(63)	-	(63)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.047	(216)	1.831	7	1.838
Baixas	-	-	-	(1)	(1)
Amortizações	-	(37)	(37)	-	(37)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.047	(253)	1.794	6	1.800

10 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Fornecedores	Ref.	31/12/13	31/12/12
Energia elétrica:		75	1.251
Terceiros		75	1.251
Encargos de uso da rede		2.134	2.186
Terceiros		202	254
Partes relacionadas (Nota 22)		1.932	1.932
Materiais e serviços		15.949	18.821
Terceiros	(a)	15.949	18.821
Total		18.158	22.258
Circulante		18.158	22.258

(a) Valores provisionados referente aditivo ao contrato de empreitada parcial a preço global e prazo determinado, para fornecimento de materiais e equipamentos montagem, serviços de engenharia e obras civis.

11 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 20 de dezembro de 2007, destinado à capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos Circulante	Principal Não circulante	31/12/13	31/12/12	Total
Moeda nacional						
BNDES	TJLP + 2,19% a.a.	487	13.369	154.857	168.713	182.118
		487	13.369	154.857	168.713	182.118

(-) Garantias

depósitos vinculados

	-	-	(8.686)	(8.686)	(8.124)
Total	487	13.369	146.171	160.027	173.994

O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção da Usina Hidrelétrica Baguari e será amortizado em 192 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de setembro de 2010 até 15 de julho de 2026. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 2,19% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os saldos apresentados em garantias, depósitos vinculados, referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são:

	Passivo circulante	Não circulante	Total
2014	-	-	13.369
2015	-	13.369	13.369
2016	-	13.369	13.369
2017	-	13.369	13.369
2018	-	13.369	13.369
Após 2018	-	101.381	101.380
Total obrigações	-	154.857	168.225
(-) Garantias depósitos vinculados	(8.686)	(8.124)	(16.810)
Total	146.171	160.101	160.101

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	14.052	172.817	-	186.869
Encargos	14.616	-	14.616	-
Transferências	13.369	(13.369)	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(28.144)	-	(28.144)	-
(-) Mov. depósitos em garantia	-	653	653	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13.893	160.101	-	173.994
Encargos	12.351	-	12.351	-
Transferências	13.369	(13.369)	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(25.757)	-	(25.757)	-
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(561)	(561)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	13.856	146.171	-	160.027

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 20%.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/finança da Neoenergia.

12 Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		17	34
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	270	500
Tax			



18 Receita Líquida

	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia	(a)	56.593	53.432
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		54	1.908
Total receita bruta		56.647	55.340
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(5.746)	(5.508)
Total receita operacional líquida		50.901	49.832

(a) O fornecimento de energia se refere aos contratos de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR.
(b) Deduções da receita bruta.

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ Mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	37	31	347.667	344.948	56.593	53.432
Total	37	31	347.667	344.948	56.593	53.432

(*) informação não auditada.
(b) Deduções da receita bruta.

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTO		
PIS	(934)	(894)
COFINS	(4.303)	(4.118)
ENCARGOS SETORIAIS		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(509)	(496)
Total	(5.746)	(5.508)

19 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13	31/12/12
Custos dos serviços		
Pessoal	(47)	(40)
Material	(2.137)	(530)
Serviços de terceiros	(1.390)	(1.390)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSEE	(6.257)	(6.257)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(2.383)	(2.383)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.183)	(6.183)
Encargos de uso de rede	(2.383)	(2.383)
Depreciação e amortização	(6.183)	(6.183)
Arrendamentos e alugueis	(18)	(29)
Tributos	(47)	(40)
Outros	(473)	(40)
Total custos/despesas	(19.032)	(20.019)

20 Receita Financeira

	31/12/13	31/12/12
Renda de aplicações financeiras	1.491	1.314
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3	-
Outras receitas financeiras	247	13
Total	1.741	1.327

21 Despesa Financeira

	31/12/13	31/12/12
Encargos de dívida	(12.417)	(14.617)
Outras despesas financeiras	(602)	(496)
Total	(13.019)	(15.113)

22 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Natureza de operação	31/12/13			31/12/12		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	Energia fornecida	442	-	3.709	400	-	3.505
		442	-	3.709	400	-	3.505
CELPE	Energia fornecida	333	-	2.592	310	-	2.450
		333	-	2.592	310	-	2.450
COSERN	Energia fornecida	187	-	1.482	181	-	1.403
		187	-	1.482	181	-	1.403
ITAPEBI	Reembolso de despesa	-	1.932	-	-	1.932	-
		-	1.932	-	-	1.932	-
NC ENERGIA	Energia comprada	-	-	(246)	-	-	(246)
		-	-	(246)	-	-	(246)
AFLUENTE	TRANSMISSÃO	-	1	(7)	-	-	(5)
		-	1	(7)	-	-	(5)
Neoenergia S.A.	Dividendos	-	7.105	-	-	9.694	-
	Juros sobre capital próprio	-	9.316	-	-	6.985	-
		-	16.421	-	-	16.679	-
Outros Minoritários	Adiantamento - AFAC	-	-	-	3.693	-	-
		-	-	-	3.693	-	-

23 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40 (R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos
- O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (circulante/não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	7.412	7.412	6.554	6.554
Contas a receber de clientes e outros	7.412	7.412	6.554	6.554
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	12.533	12.533	13.185	13.185
Caixa e equivalentes de caixa	12.528	12.528	13.180	13.180
Títulos e valores mobiliários	5	5	5	5

Passivos financeiros (circulante/não circulante)

Mensurado pelo custo amortizado	(176.253)	(176.253)	(194.320)	(194.320)
Fornecedores	(16.226)	(16.226)	(20.326)	(20.326)
Empréstimos e financiamentos	(160.027)	(160.027)	(173.994)	(173.994)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	31/12/13			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	20	12.508	-	12.528
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	5
Total	25	12.508	-	12.533

Fatores de Risco

Riscos financeiros

- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	R\$ Mil		
					Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	20.353	1.653	1.240	827
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,00%	160.027	(11.506)	(13.506)	(15.507)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 12.508 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/13					Acima de 5 anos
		2014	2015	2016	2017		
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	(160.027)	(243.478)	(24.782)	(23.870)	(22.953)	(21.983)	(149.890)
Fornecedores	(16.226)	(16.226)	-	(16.226)	-	-	-

Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

- Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/13	31/12/12
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		12.528
Títulos e valores mobiliários	5	5
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	7.412	6.554

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

24 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio
Riscos Operacionais - Subestações e Usinas	19/08/2013 a 19/08/2014	410.701	331
Responsabilidade Civil Geral - Operações	19/08/2013 a 19/08/2014	15.000	17

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Apólice de Seguro de Riscos Operacionais - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo "all risks") exceto os expressamente excluídos na apólice.

Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobertura para reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 15.000.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva - **Presidente**
Gonzalo Pérez Fernández - **Vice-Presidente**

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho

Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

André Luis Dantas Furtado

Lara Cristina Ribeiro Piau Marque

DIRETORIA EXECUTIVA

Alejandro Roman Arroyo

Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor Regulação

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta